

PCP quer que o Governo chumbe OPA sobre a PT

Em resposta a Abel Mateus sobre fusão com a Sonaecom, a PT pede esclarecimentos sobre financiamento e modelo industrial

ANABELA CAMPOS

O Partido Comunista Português (PCP) quer que o Governo use os direitos especiais que detém na Portugal Telecom (PT), através da *golden share*, para travar a oferta pública de aquisição (OPA) da Sonaecom sobre o operador histórico. Nessa sequência, o Partido Comunista propôs o agendamento de um debate sobre esta matéria na Assembleia da República, com objectivo de se recomendar ao Governo que recorra a todos os meios ao seu dispor para inviabilizar a OPA sobre a PT.

O PCP lembra, nesse âmbito, que a *golden share* – representada por 500 acções – dá ao Governo a possibilidade de vetar a desblindagem dos estatutos da PT, medida imprescindível para que oferta avance e tenha sucesso. O grupo parlamentar do PCP afirma que o Governo deve impedir a concretização da OPA para evitar “os graves prejuízos” que adviriam “para o interesse nacional, as necessidades das populações, os direitos dos trabalhadores e o desenvolvimento do país”.

O PCP justifica a proposta ainda com a “necessidade da

existência de um serviço público de telecomunicações”, considerando “essencial [para esse efeito] o controlo nacional sobre este sector”. O grupo parlamentar comunista manifestou-se preocupado com a fusão dos serviços de telecomunicações das duas empresas na perspectiva da redução da concorrência; e com o endividamento da Sonaecom (proprietária do PÚBLICO), nomeadamente devido aos reflexos que poderá vir a ter no desenvolvimento da tecnologias, na qualidade do serviço e nos preços praticados. O PCP teme a ainda a perda de postos de trabalho com a eventualidade da venda da rede fixa.

As dúvidas de Granadeiro

A PT deverá responder hoje à Autoridade da Concorrência (AdC) na sequência da proposta do regulador de avançar com um processo de investigação aprofundada no âmbito da operação resultante da fusão da Sonaecom com PT. Admite-se que serão muitas as questões que a PT irá levantar junto da AdC, algumas delas já avançadas pelo novo presidente Henrique Granadeiro, num encontro em Aveiro.

A PT, que pediu a prorrogação do prazo de resposta por mais cinco dias, devido à complexidade do processo, quer ver esclarecidas dúvidas em torno do financiamento da Sonaecom e do modelo industrial proposto por Paulo Azevedo. E irá levantar também questões em

relação à natureza do controlo que a Sonaecom irá exercer sobre a PT e a PT Multimédia se a OPA tiver sucesso. Ou seja, na prática a PT quer saber qual é o papel do accionista da Sonaecom France Telecom (com 23 por cento) terá na operadora portuguesa em caso de sucesso da OPA.

Dada a oposição da PT à OPA da Sonaecom, admite-se que a administração da operadora e os seus actuais accionistas de referência estejam disponíveis para apresentar alternativas aos “remédios” e soluções apresentadas pela Sonaecom para contornar os problemas de concorrência levantados pela equipa de Abel Mateus. Recorde-se, por exemplo, que a PT está a estudar uma solução para a gestão separada das redes de cobre e cabo, uma medida que se admite venha a ser exigida para aprovar o processo de concentração, e que a Sonaecom já disse estar disponível para aceitar.

A PT, já o afirmou publicamente, congratulou-se com a proposta de decisão da Autoridade da Concorrência, uma posição em que é acompanhada pela maioria das empresas que se inscreveram como contraparte do processo. Por isso, admite-se que Abel Mateus, depois de ler os comentários das várias empresas, irá mesmo avançar para a investigação aprofundada. O presidente do regulador já adiantou que pretende ter uma decisão até ao final de Julho. ■